



Graduação () Pós-Graduação
 Artigo completo () Relato de prática () Resumo expandido

UMA ANÁLISE EMPÍRICA DOS EFEITOS ELEITORAIS SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Cauã Pinheiro Caetano
Universidade Federal de Goiás (UFG)
cauacaetano@discente.ufg.br

Gilberto Crispim
Universidade Federal de Goiás (UFG)
crispim@ufg.br

Celma Duque
Universidade Federal de Goiás (UFG)
celmaduque@ufg.br

RESUMO

Este estudo analisa os efeitos dos ciclos eleitorais sobre a execução das despesas públicas nos municípios brasileiros, à luz da teoria dos ciclos político-orçamentários, segundo a qual governantes ajustam políticas fiscais para maximizar ganhos eleitorais. O objetivo consiste em investigar em que medida os processos eleitorais influenciam a execução das despesas públicas, considerando fatores condicionantes como elegibilidade à reeleição, competição eleitoral e dependência de transferências intergovernamentais. Metodologicamente, a pesquisa utiliza dados em painel de municípios brasileiros no período de 2017 a 2024, aplicando modelos econométricos com efeitos fixos e termos de interação, além de estratégias complementares para mitigar problemas de heterogeneidade não observada e endogeneidade. Os resultados indicam que, em média, anos eleitorais estão associados à redução dos restos a pagar não processados, sugerindo estratégias de sinalização de responsabilidade fiscal. Entretanto, ao considerar a elegibilidade à reeleição, observa-se aumento significativo desses passivos, evidenciando comportamento oportunista por parte de gestores. As variáveis de competição eleitoral e dependência de transferências não apresentaram significância estatística. Conclui-se que os ciclos político-orçamentários possuem natureza condicional, influenciada pelos incentivos de permanência no poder, contribuindo para o debate sobre governança fiscal.

Palavras-chave: Ciclos Político-Orçamentários; Despesa Pública; Municípios Brasileiros; Responsabilidade Fiscal; Dados em Painel.

1 INTRODUÇÃO

A interação entre política e finanças públicas configura-se como um dos campos mais relevantes e complexos da economia política contemporânea, na medida em que reflete a forma como incentivos eleitorais moldam a condução das políticas fiscais. Desde os trabalhos seminalmente propostos por Nordhaus (1975) e Rogoff e Sibert (1988), consolidou-se o entendimento de que agentes políticos, especialmente os ocupantes de cargos executivos, tendem a ajustar as políticas orçamentárias e fiscais de maneira estratégica em períodos eleitorais, visando maximizar suas chances de reeleição. Esse fenômeno, amplamente reconhecido como Ciclo Político-Orçamentário (*Political Budget Cycle* - PBC), adquire especial relevância em democracias federativas e descentralizadas, como a brasileira, nas quais os municípios possuem ampla autonomia administrativa e fiscal, mas continuam fortemente dependentes das transferências intergovernamentais (Sakurai & Menezes-Filho, 2011; Arvate, Mattos & Rocha, 2015).

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 inaugurou um processo de descentralização fiscal e administrativa que conferiu aos municípios não apenas o status de entes federados, mas também a responsabilidade direta pela execução de políticas públicas essenciais, como saúde, educação e assistência social (Cavalcante, 2017). Essa descentralização criou um ambiente em que prefeitos e gestores municipais se veem pressionados a equilibrar demandas fiscais com incentivos políticos. A autonomia fiscal, combinada à elevada competitividade eleitoral local, incentiva o uso estratégico do orçamento como instrumento de sinalização de desempenho político. Assim, a execução das despesas públicas, e não apenas o seu volume, torna-se um reflexo das estratégias eleitorais, expressas na antecipação de investimentos visíveis (obras, infraestrutura, programas sociais) em anos eleitorais, ou na postergação de medidas impopulares, como cortes de gastos ou aumentos tarifários, para o período pós-eleitoral (Klein & Sakurai, 2010; Chamon, Mello & Firpo, 2010).

Além do arcabouço teórico, o tema apresenta relevância empírica e institucional significativa. Evidências demonstram que, em municípios nos quais o prefeito é elegível à reeleição, há tendência de ampliação de gastos correntes e de capital nos anos eleitorais (Ferreira & Bugarin, 2024). Outros estudos indicam que a magnitude e a direção desses efeitos variam de acordo com o grau de competição eleitoral, o porte populacional do município e o nível de dependência das transferências intergovernamentais (Bugarin & Ferreira, 2021). Entretanto, apesar do avanço da literatura sobre ciclos fiscais e políticos no Brasil, observa-se

uma lacuna analítica importante: a escassez de pesquisas que diferenciem os efeitos sobre a *execução* das despesas públicas e análises que explorem como as eleições influenciam a execução efetiva das despesas públicas, isto é, o ritmo, a composição e a eficiência temporal dos gastos, e em que medida fatores institucionais, eleitorais e fiscais modulam esse comportamento.

Face ao exposto, perquire-se o seguinte problema de pesquisa: **em que medida os processos eleitorais municipais influenciam a execução das despesas públicas nos municípios brasileiros, considerando a elegibilidade à reeleição, o grau de competição eleitoral e a dependência de transferências intergovernamentais?** A relevância deste debate transcende o campo da economia política e alcança dimensões normativas e de governança pública. Caso se confirme que ciclos eleitorais provocam alterações significativas na execução das despesas, as implicações são diretas para a eficiência alocativa, a equidade intermunicipal e a *accountability* fiscal. Em cenários de restrição orçamentária e intensificação das demandas sociais, práticas de execução influenciadas por objetivos eleitorais podem comprometer a sustentabilidade fiscal e a qualidade da provisão de serviços públicos (Pereira & Melo, 2015).

Além disso, compreender os padrões de comportamento fiscal dos governos municipais em períodos eleitorais é essencial para o aprimoramento de mecanismos de controle social, de transparência fiscal e de planejamento plurianual, fortalecendo a racionalidade das políticas públicas e mitigando o risco de manipulações oportunistas. Nesse sentido, esta pesquisa busca preencher lacunas substantivas na literatura sobre ciclos políticos em nível subnacional no Brasil, por meio de *analisar em que medida os processos eleitorais influenciam a execução das despesas públicas nos municípios brasileiros, considerando variações associadas à elegibilidade à reeleição, à competitividade eleitoral e à dependência de transferências intergovernamentais.*

A abordagem empírica proposta pretende ultrapassar a simples verificação de aumentos de gasto em períodos eleitorais, incorporando métricas de eficiência temporal e setorial da execução orçamentária, contribuindo para a compreensão da racionalidade política que permeia a gestão fiscal local. Uma vez que a motivação central para este estudo deriva da constatação de que os ciclos eleitorais municipais, notadamente a atuação de agentes incumbentes ou candidatos que detêm incentivos eleitorais diretos, podem exercer influência substancial sobre a alocação, o timing e o volume das despesas públicas, configurando um padrão de comportamento fiscal estratégico. Tal influência manifesta-se tanto como um mecanismo de fortalecimento das chances de reeleição ou de manutenção do controle partidário quanto como



uma resposta adaptativa dos governos locais à competição política.

Do ponto de vista teórico, a presente pesquisa se fundamenta em duas vertentes complementares. A primeira corresponde à teoria dos ciclos político-orçamentários (PBC), a qual postula que governantes incumbentes manipulam os instrumentos fiscais e orçamentários, sobretudo por meio de elevação de despesas e de investimentos de alta visibilidade pública, com o intuito de influenciar o comportamento eleitoral dos cidadãos (Klein & Sakurai, 2010; Rogoff & Sibert, 1988). A segunda vertente está associada à teoria da descentralização fiscal e dos incentivos locais, segundo a qual os municípios, ao exercerem autonomia fiscal e ao receberem transferências intergovernamentais, respondem a incentivos políticos moldados pelo ambiente institucional e pela estrutura federativa (Arvate et al., 2015; Cavalcante, 2017).

Do ponto de vista empírico, estudos prévios oferecem evidências consistentes de que o comportamento fiscal dos governos locais é sensível ao ciclo eleitoral. Klein e Sakurai (2010) demonstram que prefeitos brasileiros elegíveis à reeleição tendem a elevar os gastos municipais em aproximadamente 3% durante os anos eleitorais, podendo atingir incrementos de até 5% quando efetivamente concorrem à reeleição. Chamon, Mello e Firpo (2010) complementam essa evidência ao mostrar que regras eleitorais que intensificam a competição política, como a exigência de segundo turno em municípios de maior porte, estão associadas a uma maior proporção de investimentos e a uma redução relativa de despesas correntes, indicando que o grau de competição afeta a composição e a estrutura do gasto público. Ademais, Bugarin e Ferreira (2021) destacam que a natureza e o volume das transferências intergovernamentais, associadas aos alinhamentos partidários, moldam de forma decisiva o comportamento fiscal municipal, criando margens de manobra que podem ser exploradas estrategicamente em períodos eleitorais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS (CPO) E INCENTIVOS ELEITORAIS NA GESTÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

A literatura sobre ciclos político-orçamentários tem origem nos trabalhos clássicos de Nordhaus (1975), que formulou o modelo do ciclo político de negócios, e de Rogoff e Sibert (1988), que incorporaram a assimetria de informação como elemento central para explicar o comportamento oportunista dos governantes. Sob essa perspectiva, os agentes políticos ajustam



variáveis fiscais e orçamentárias ao longo do ciclo eleitoral com o objetivo de sinalizar competência administrativa e maximizar suas chances de reeleição. Em contextos democráticos descentralizados, como o brasileiro, essa lógica assume contornos particulares, pois a autonomia decisória dos governos subnacionais convive com fortes restrições fiscais e elevada dependência de recursos intergovernamentais, o que molda os incentivos estratégicos associados à execução das despesas públicas.

No âmbito municipal, o arranjo federativo instituído pela Constituição de 1988 ampliou significativamente as responsabilidades dos municípios na provisão de políticas públicas essenciais, como saúde, educação e assistência social, ao mesmo tempo em que intensificou a competição política local. Esse ambiente favorece a utilização do orçamento público como instrumento de sinalização de desempenho governamental, especialmente em contextos de restrições orçamentárias crescentes e demandas sociais em expansão. Nessa conjuntura, distorções induzidas pelo calendário eleitoral podem comprometer a eficiência alocativa das despesas e afetar a credibilidade das finanças públicas locais, justificando o interesse analítico pelos mecanismos empíricos subjacentes aos ciclos político-orçamentários municipais.

Evidências empíricas corroboram a existência desses ciclos em diferentes níveis de governo. Guerra (2018), ao analisar os estados brasileiros entre 1995 e 2013, identifica aumentos significativos dos gastos públicos em anos eleitorais, sobretudo em categorias mais visíveis ao eleitorado, como investimentos e despesas de capital, sugerindo o uso da política fiscal como mecanismo de sinalização de competência. Resultados semelhantes são observados por Queiroz et al. (2019), que demonstram que governadores em primeiro mandato tendem a alterar a composição dos gastos em direção aos investimentos em anos eleitorais, reforçando a hipótese de manipulação oportunista prevista pela teoria dos ciclos políticos.

No nível municipal, Trevizan (2025) identifica variações sistemáticas dos gastos públicos ao longo do ciclo eleitoral, ainda que com heterogeneidade significativa entre municípios e estados, indicando que os ciclos político-orçamentários não se manifestam de forma homogênea. Por outro lado, Gralak (2023) não encontra evidências consistentes de expansão dos investimentos públicos em anos eleitorais nos grandes municípios brasileiros, sugerindo que restrições institucionais, fiscais e administrativas podem limitar a capacidade de manipulação orçamentária em determinados contextos. Esses achados reforçam que, embora o mecanismo teórico dos CPO seja amplamente reconhecido, sua materialização empírica depende das características institucionais e fiscais das unidades analisadas.



2.2 REELEIÇÃO, COMPETIÇÃO ELEITORAL E DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS COMO CONDICIONANTES DO COMPORTAMENTO FISCAL MUNICIPAL

Avançando na compreensão dos ciclos político-orçamentários, a literatura recente enfatiza que a intensidade e a forma desses ciclos são condicionadas por fatores político-institucionais específicos, como a elegibilidade à reeleição, o grau de competição eleitoral e a dependência de transferências intergovernamentais. Nordhaus (1975) já destacava que os incentivos à manipulação fiscal tendem a desaparecer quando não há possibilidade de recondução ao cargo, argumento posteriormente formalizado por Rogoff (1987). Evidências empíricas para o contexto brasileiro corroboram essa proposição, indicando que gestores elegíveis à reeleição apresentam comportamentos oportunistas mais acentuados.

Nesse sentido, Araújo (2023) demonstra que prefeitos em primeiro mandato utilizam de forma mais intensa práticas de gerenciamento de resultados orçamentários por meio dos restos a pagar, especialmente em anos pré-eleitorais, revertendo tais práticas no ano do pleito. Esse padrão sugere que a perspectiva de reeleição amplia os incentivos à manipulação da informação contábil como estratégia de sinalização eleitoral. Resultados convergentes são observados por Fiirst (2019), que identifica comportamento oportunista tanto em anos eleitorais quanto em contextos de mudança de gestor, evidenciando que a dinâmica política local influencia significativamente o desempenho financeiro municipal.

A competição eleitoral também atua como fator moderador dos ciclos político-orçamentários. Crispim et al. (2021) mostram que, embora não haja variações significativas nas despesas empenhadas ao longo do ciclo eleitoral, os gastos com investimentos e a captação de empréstimos aumentam de forma expressiva em anos eleitorais, especialmente quando há alinhamento partidário entre governos municipais e estaduais e em contextos de reeleição. Esses achados sugerem que disputas eleitorais mais competitivas estimulam o uso estratégico de instrumentos fiscais com maior potencial de visibilidade política.

Outro condicionante central diz respeito à dependência de transferências intergovernamentais. Silva (2025) evidencia que as transferências constituem o principal canal de manifestação dos ciclos político-orçamentários nos municípios brasileiros, superando a arrecadação própria. De forma complementar, Wyse (2022) demonstra que, em anos pré-eleitorais, o aumento dos gastos públicos impacta positivamente a dívida municipal, sobretudo em municípios alinhados ao governo federal, indicando que a disponibilidade de recursos

externos amplia a margem de manobra fiscal dos gestores locais. Santos (2024), por sua vez, mostra que, embora os ciclos eleitorais influenciem positivamente o desempenho orçamentário, não se observa a formação de ciclos de déficit, mas sim um padrão cíclico de superávit, possivelmente em função de restrições legais e estratégias de gerenciamento da percepção do eleitor.

Em conjunto, essas evidências indicam que os ciclos político-orçamentários nos municípios brasileiros não são fenômenos uniformes, mas resultam da interação entre incentivos eleitorais, estrutura competitiva dos pleitos e condições fiscais, especialmente a dependência de transferências intergovernamentais. Esse arcabouço teórico-empírico fundamenta a formulação das hipóteses de pesquisa, que buscam testar como esses condicionantes afetam a execução das despesas públicas municipais ao longo do ciclo eleitoral (ver Tabela 1).

Tabela 1: Síntese dos estudos sobre ciclos político-orçamentários

Autor/Ano	Unidade de Análise	Período	Método	Principal Evidência
Gralak (2023)	Grandes municípios brasileiros (>500 mil hab.)	2005–2016	Regressão em painel (POLS, FE, RE)	Não há evidência consistente de ciclos eleitorais nos investimentos públicos municipais
Araújo (2023)	Municípios brasileiros	2015–2020	Painel balanceado e desbalanceado	Evidência de gerenciamento oportunista via restos a pagar em períodos eleitorais
Silva (2025)	Municípios brasileiros	2011–2021	Painel com efeitos fixos	Pico de despesas correntes no segundo ano do mandato; transferências são o principal canal do ciclo
Wyse (2022)	Municípios do RS	2005–2016	Painel desbalanceado (FE)	Gastos em anos pré-eleitorais elevam a dívida pública municipal
Guerra (2018)	Estados brasileiros	1995–2013	Painel (FE/RE)	Evidências robustas de ciclos político-econômicos, sobretudo em gastos visíveis
Trevizan (2025)	Municípios brasileiros	2013–2021	Painel com efeitos fixos (OLS)	O ciclo eleitoral afeta os gastos e varia conforme estado e resultado operacional
Rogoff (1987)	Modelo teórico	—	Modelo microeconômico dinâmico	Incentivos à reeleição geram manipulação fiscal sob assimetria informacional
Fiirst (2019)	Municípios do PR	2013–2016	Regressão em painel	Comportamento oportunista em anos eleitorais e na troca de gestores
Santos (2024)	Municípios brasileiros	2013–2022	Painel desbalanceado	Ciclo não gera déficit, mas altera o padrão de superávit orçamentário
Araújo (2023)	Municípios brasileiros	2015–2020	Painel econométrico	Accruals positivos no pré-pleito e reversão no ano eleitoral

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

2.3 CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS (CPO) E INCENTIVOS ELEITORAIS NA GESTÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Desde Nordhaus (1975), que formulou o modelo do ciclo político de negócios, e Rogoff e Sibert (1988), que introduziram a dimensão informacional ao comportamento fiscal dos políticos, consolidou-se a hipótese de que governos ajustam variáveis fiscais e orçamentárias para maximizar a probabilidade de reeleição. Essa tradição analítica, ao ser transposta para democracias descentralizadas, como a brasileira, adquire complexidade adicional devido à coexistência de autonomia fiscal e dependência de transferências, características que moldam os incentivos estratégicos de prefeitos e vereadores (Sakurai & Menezes-Filho, 2011).

O arranjo federativo pós-1988 conferiu aos municípios responsabilidades amplas em políticas essenciais, saúde, educação e assistência social, e paralelamente, intensificou a competição política local, criando um ambiente propício à utilização estratégica do orçamento público como instrumento de sinalização de desempenho governamental (Cavalcante, 2017). Em um cenário de restrições orçamentárias crescentes e demandas sociais em expansão, distorções motivadas por calendários eleitorais podem comprometer a efetividade das políticas públicas e a confiança institucional nas finanças locais (Pereira & Melo, 2015). Assim, o presente estudo busca não apenas elucidar os mecanismos empíricos subjacentes aos ciclos político-orçamentários municipais, mas também oferecer subsídios para o aprimoramento das práticas de planejamento plurianual, governança fiscal e controle social, contribuindo de modo substantivo para o fortalecimento das instituições democráticas brasileiras.

Queiroz et al. (2019), aprofundaram a compreensão sobre como fatores políticos, especialmente o mandato eleitoral, influenciam o comportamento dos gastos públicos no nível estadual brasileiro, focando em ciclos político-orçamentários. O estudo analisou os gastos dos governos estaduais no período de 2003 a 2014, por meio de dados em painel, e identificou que governos em primeiro mandato tendem a alterar a composição dos gastos em direção aos investimentos em anos eleitorais, levando em conta a teoria de ciclos políticos que prevê manipulações oportunistas para melhorar a visibilidade eleitoral. No entanto, limitaram-se em variáveis de gasto público classificadas por natureza (como investimentos e despesas correntes), deixando de explorar possíveis efeitos em outras categorias menos perceptíveis, o que poderia ampliar a compreensão sobre a complexidade dos ciclos político-orçamentários.

Crispim et al. (2021), examinaram a presença de CPO em municípios brasileiros, com população superior a 50 mil habitantes, no período de 2000 a 2016, por meio de dados em painel. Os achados indicam que não há mudanças das despesas empenhadas antes, durante e após o período eleitoral, independente de igualdades partidárias e eleição em dois turnos. Já quanto aos gastos com investimentos e captação de empréstimos em período eleitoral, o estudo

sugere aumento médio em 9% e 68% respectivamente, com maior intensidade quando há igualdade partidária entre governos municipais e estaduais, principalmente em processo de reeleição.

Gralak (2023) investigou a existência de ciclos político-orçamentários nos gastos com investimentos públicos dos grandes municípios brasileiros, utilizando uma abordagem quantitativa baseada em dados em painel. A amostra compreende municípios com população superior a 500 mil habitantes, no período de 2005 a 2016, com dados provenientes do IBGE, TSE e Finbra/STN. A variável dependente corresponde aos investimentos públicos municipais per capita, enquanto os anos eleitorais municipais e federais constituem os principais regressores, controlados por fatores fiscais, políticos e socioeconômicos. A análise econométrica emprega modelos POLS, efeitos fixos e aleatórios. Os resultados não identificam evidências consistentes de expansão dos investimentos em anos eleitorais, contrariando a hipótese clássica de ciclos político-orçamentários, o que sugere que, nos grandes municípios, os investimentos podem estar mais condicionados a restrições institucionais e fiscais do que a incentivos eleitorais de curto prazo.

Araújo (2023) analisou a influência dos ciclos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários por meio dos restos a pagar nos municípios brasileiros, adotando uma abordagem quantitativa com dados em painel. A amostra inclui municípios com informações orçamentárias consistentes no período de 2015 a 2020, utilizando dados do IBGE e de bases oficiais de execução orçamentária. A variável dependente corresponde aos *accruals* orçamentários discricionários, mensurados a partir dos restos a pagar, enquanto as variáveis independentes incluem anos eleitorais, pré-eleitorais, mandato e recondução do gestor. A análise econométrica revela evidências robustas de comportamento oportunista, indicando que gestores municipais manipulam a apresentação dos resultados fiscais em períodos eleitorais, especialmente em contextos de primeiro mandato, o que reforça a presença de ciclos políticos associados à gestão da informação contábil.

Silva (2025) examinou a presença de ciclos político-orçamentários nas despesas correntes dos municípios brasileiros entre 2011 e 2021, abrangendo três ciclos eleitorais. Com abordagem quantitativa e uso de dados documentais, a amostra contempla todos os municípios com informações disponíveis no SICONFI, TSE e IBGE. A despesa corrente municipal per capita constitui a variável dependente, enquanto os anos do mandato eleitoral, alinhamentos partidários e uma dummy para o período da pandemia compõem o conjunto de variáveis explicativas. A análise por meio de modelos de efeitos fixos evidencia um pico de gastos no

segundo ano do mandato em relação ao último ano, além de indicar que as transferências intergovernamentais representam o principal canal do ciclo político-orçamentário, superando a arrecadação própria. Os achados reforçam o caráter estrutural e multifacetado do ciclo no contexto municipal brasileiro.

Wyse (2022) avaliou a influência dos ciclos políticos sobre os gastos públicos municipais e seus efeitos sobre a dívida pública nos municípios do Rio Grande do Sul, utilizando dados em painel desbalanceado no período de 2005 a 2016. A amostra inclui municípios gaúchos com dados disponíveis no Finbra/STN, IBGE e tribunais eleitorais. As variáveis dependentes são o total dos gastos públicos e a dívida pública municipal, enquanto os anos pré-eleitorais e eleitorais figuram como principais variáveis explicativas. Os resultados indicam que, em anos pré-eleitorais, o impacto dos gastos públicos sobre a dívida municipal é positivo e estatisticamente significativo, sugerindo intensificação do endividamento como estratégia associada ao ciclo político. Ademais, o alinhamento partidário com o governo federal amplia os gastos e tende a elevar a dívida, evidenciando a interação entre incentivos eleitorais e coalizões intergovernamentais.

Guerra (2018) analisou a existência de ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2013, por meio de uma abordagem quantitativa com dados em painel. A amostra contempla os 26 estados e o Distrito Federal, com dados da STN, TSE e TREs. As variáveis dependentes incluem diferentes categorias de despesas públicas, como gastos totais, correntes, de capital e investimentos, enquanto as variáveis explicativas abrangem dummies eleitorais, reeleição e ideologia partidária. Os resultados evidenciam a presença consistente de ciclos político-econômicos, com aumento significativo dos gastos em anos eleitorais, sobretudo em despesas mais visíveis ao eleitorado. Os achados sugerem que os governos estaduais utilizam a política fiscal como mecanismo de sinalização de competência, embora a intensidade do ciclo varie conforme o tipo de gasto e o estado analisado.

Trevizan (2025) investigou os efeitos dos ciclos político-orçamentários sobre as decisões de gastos nos municípios brasileiros, considerando a localização geográfica e o resultado operacional corrente. A análise abrange o período de 2013 a 2021, com dados de todos os municípios brasileiros, utilizando regressões em painel com efeitos fixos estimadas por OLS. As variáveis dependentes incluem gastos totais, investimentos e despesas correntes, enquanto as variáveis explicativas contemplam o calendário eleitoral, características regionais e a situação fiscal. Os resultados indicam que o comportamento fiscal municipal varia sistematicamente ao longo do ciclo eleitoral e apresenta heterogeneidade entre estados, sendo

também condicionado pelo desempenho operacional corrente, o que reforça a natureza não homogênea dos ciclos político-orçamentários no Brasil.

Rogoff (1987) desenvolveu um modelo teórico de ciclos político-orçamentários fundamentado na assimetria de informação entre governantes e eleitores. Por meio de um modelo microeconômico dinâmico, o autor demonstra que governantes manipulam instrumentos fiscais, como gastos e impostos, antes das eleições para sinalizar competência administrativa. O modelo mostra que, em equilíbrio, governantes competentes distorcem a política fiscal em períodos eleitorais, gerando ciclos orçamentários mesmo na ausência de choques econômicos reais. Ademais, o estudo evidencia que tais ciclos desaparecem quando não há possibilidade de reeleição, destacando o papel central dos incentivos eleitorais na origem do comportamento oportunista.

Fiirst (2019) analisou a influência de características políticas sobre o desempenho financeiro dos municípios paranaenses à luz da teoria dos ciclos políticos, utilizando dados de 377 municípios no período de 2013 a 2016. A abordagem é quantitativa, com dados em painel e regressão linear múltipla. O desempenho financeiro municipal, mensurado pela diferença entre ativo e passivo financeiros, constitui a variável dependente, enquanto o ano eleitoral, mudança de gestor e primeiro mandato figuram como variáveis explicativas. Os resultados confirmam comportamento oportunista dos gestores em anos eleitorais e em contextos de troca de governo, indicando que fatores políticos afetam significativamente o desempenho financeiro municipal.

Santos (2024) examinou como os ciclos eleitorais influenciam o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros no período de 2013 a 2022, utilizando uma amostra de 4.962 municípios. A variável dependente é o desempenho orçamentário, medido pela razão entre receita arrecadada e despesa empenhada, enquanto os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral compõem as variáveis explicativas. A análise por meio de regressão em painel desbalanceado indica que todos os períodos do ciclo eleitoral influenciam positivamente o desempenho orçamentário, não sendo identificado um ciclo de déficit, mas sim um padrão cíclico de superávit. Os achados sugerem que os gestores evitam déficits em períodos eleitorais, possivelmente por restrições legais e estratégias de sinalização aos eleitores.

Araújo (2023) aprofundou a análise dos ciclos eleitorais ao investigar o gerenciamento de resultados orçamentários via restos a pagar nos municípios brasileiros entre 2015 e 2020. Utilizando dados em painel e modelos econométricos, o autor identifica *accruals* orçamentários discricionários positivos em anos pré-eleitorais e sua reversão em anos eleitorais,

caracterizando um ciclo orçamentário completo. Os resultados indicam que gestores em primeiro mandato apresentam maior propensão a essas práticas, reforçando a associação entre incentivos eleitorais, assimetria informacional e gerenciamento da informação contábil no setor público.

Com base nesse arcabouço teórico, formulam-se as hipóteses de pesquisa elencadas na Tabela 2, que sintetiza o conjunto de hipóteses de pesquisa que orientam a investigação sobre os efeitos eleitorais na execução das despesas públicas municipais, articulando os pressupostos teóricos e as evidências empíricas que sustentam cada proposição. O conjunto de hipóteses está ancorado na literatura sobre ciclos político-orçamentários, a qual postula que governantes tendem a ajustar o comportamento fiscal conforme o calendário eleitoral, buscando maximizar ganhos políticos e eleitorais (Nordhaus, 1975; Rogoff & Sibert, 1988).

Tabela 2: Hipóteses de pesquisa propostas

Item	Hipótese de Pesquisa	Fundamentação Teórica e Empírica
H1	A execução das despesas públicas municipais aumenta significativamente em anos eleitorais, especialmente nos meses que antecedem as eleições.	Derivada do modelo de ciclo político-orçamentário (Rogoff & Sibert, 1988; Klein & Sakurai, 2010), segundo o qual os incumbentes manipulam gastos visíveis para sinalizar competência e influenciar o eleitorado.
H2	Municípios em que o prefeito é elegível à reeleição apresentam padrões mais intensos de execução de despesas em ano eleitoral do que aqueles com prefeitos não elegíveis.	Baseada na teoria dos incentivos de reeleição (Nordhaus, 1975; Sakurai & Menezes-Filho, 2011), que sugere que a elegibilidade reforça a motivação para uso estratégico do orçamento.
H3	O grau de competição eleitoral modera o efeito eleitoral sobre a execução das despesas públicas: quanto maior a competição, maior a propensão a intensificar gastos.	Fundamentada em Chamon, Mello & Firpo (2010), que demonstram que maior competitividade eleitoral leva a maior esforço fiscal para conquistar eleitores.
H4	A dependência de transferências intergovernamentais amplifica os efeitos eleitorais sobre a execução das despesas, devido à flexibilidade fiscal proporcionada por recursos externos.	Sustentada em Arvate, Mattos & Rocha (2015) e Bugarin & Ferreira (2021), que indicam que municípios dependentes de transferências tendem a ajustar gastos conforme incentivos políticos.
H5	Os efeitos eleitorais sobre a execução das despesas concentram-se em categorias de gasto com maior visibilidade pública, como investimentos e obras, em detrimento de despesas de custeio ou administrativas.	Coerente com evidências empíricas de priorização de gastos de alto retorno político (Ferreira & Bugarin, 2024).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

À luz do arcabouço teórico dos ciclos político-orçamentários, formulam-se as hipóteses de pesquisa que orientam a presente investigação, as quais buscam capturar os efeitos dos incentivos eleitorais sobre a execução das despesas públicas municipais. Fundamentadas nos modelos clássicos de comportamento oportunista dos governantes, essas hipóteses partem do pressuposto de que o calendário eleitoral constitui um elemento central na definição das estratégias fiscais adotadas pelos gestores públicos, sobretudo em contextos caracterizados por

assimetria informacional e busca por maximização de apoio político (Nordhaus, 1975; Rogoff & Sibert, 1988).

A primeira hipótese (H1) postula que os gastos públicos municipais tendem a se expandir de forma significativa em anos eleitorais, especialmente nos períodos imediatamente anteriores ao pleito. Essa proposição está ancorada no mecanismo clássico de manipulação fiscal, segundo o qual governantes incumbentes ampliam despesas de maior visibilidade com o objetivo de sinalizar competência administrativa e influenciar positivamente a percepção do eleitorado (Rogoff & Sibert, 1988).

A segunda hipótese (H2) introduz uma dimensão institucional relevante ao considerar os incentivos associados à elegibilidade à reeleição. Argumenta-se que prefeitos aptos a disputar a recondução ao cargo apresentam maior propensão a adotar comportamentos fiscais estratégicos, intensificando o uso do orçamento público como instrumento de consolidação de apoio político e de maximização das chances de permanência no poder. Tal proposição encontra respaldo tanto na formulação teórica de Nordhaus (1975) quanto em evidências empíricas para o contexto brasileiro, como as de Sakurai e Menezes-Filho (2011), que identificam maior incidência de comportamentos oportunistas entre gestores com perspectiva de reeleição.

A terceira hipótese (H3) incorpora o papel da competição eleitoral como fator moderador dos ciclos político-orçamentários, ao sugerir que o grau de competitividade do pleito influencia a intensidade do comportamento fiscal estratégico. Especificamente, espera-se que ambientes eleitorais mais competitivos ampliem os incentivos para a elevação dos gastos públicos, na medida em que os governantes buscam diferenciar-se e conquistar o eleitorado em contextos de maior incerteza eleitoral. Essa relação é consistente com os achados de Chamon, Mello e Firpo (2010), que evidenciam que disputas mais acirradas estão associadas a maior esforço fiscal por parte dos gestores públicos.

A quarta hipótese (H4) enfatiza a relevância da estrutura fiscal dos municípios, ao considerar a dependência de transferências intergovernamentais como um condicionante dos ciclos eleitorais. Parte-se do argumento de que municípios com maior participação de receitas oriundas de transferências possuem maior flexibilidade orçamentária e, conseqüentemente, maior margem de manobra para ajustar o nível e a composição das despesas em função de incentivos políticos. Essa proposição é corroborada por Arvate, Mattos e Rocha (2015) e Bugarin e Ferreira (2021), que demonstram que as transferências desempenham papel central na dinâmica do comportamento fiscal municipal em períodos eleitorais.

Por fim, a quinta hipótese (H5) direciona a análise para a composição do gasto público,

ao sugerir que os efeitos eleitorais não se distribuem de maneira uniforme entre as diferentes categorias de despesa. Em particular, argumenta-se que os ciclos político-orçamentários tendem a se concentrar em gastos de maior visibilidade e apelo eleitoral, como investimentos em infraestrutura e obras públicas, em detrimento de despesas administrativas ou de custeio. Essa proposição está alinhada às evidências empíricas de Ferreira e Bugarin (2024), que destacam a priorização de gastos com maior retorno político como estratégia de persuasão eleitoral.

Em síntese, o conjunto de hipóteses formulado articula os principais mecanismos teóricos e evidências empíricas da literatura, permitindo uma análise abrangente e multidimensional dos efeitos eleitorais sobre a execução das despesas públicas municipais, ao considerar tanto o efeito direto do calendário eleitoral quanto seus condicionantes institucionais, políticos e fiscais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo objetivou analisar em que medida os processos eleitorais influenciam a execução das despesas públicas nos municípios brasileiros, considerando variações associadas à elegibilidade à reeleição, à competitividade eleitoral e à dependência de transferências intergovernamentais. Para isso, adotou como amostra os municípios elencados na Tabela 3.

A amostra foi selecionada por meio de um procedimento de amostragem estratificada aleatória, com alocação fixa por estrato e por unidade federativa, de modo a assegurar a representatividade dos diferentes contextos regionais e demográficos. Tal estratégia metodológica permite maior controle da heterogeneidade da população, contribuindo para a robustez e validade dos resultados obtidos.

A classificação dos municípios foi realizada com base no porte populacional, conforme critérios estabelecidos por Trevisan (2025). Nesse sentido, foram considerados como micromunicípios aqueles com população de até 20 mil habitantes; como pequenos municípios, aqueles com população entre 20 mil e 100 mil habitantes; como médios municípios, aqueles com população entre 100 mil e 500 mil habitantes; e, por fim, como grandes municípios, aqueles com população superior a 500 mil habitantes. Nesse sentido, a amostra correspondeu a 103 municípios válidos.

Tabela 3: Amostra da pesquisa – municípios por porte

Estado	Micro < 20.000 habitantes	Pequeno - 20.001 a 100.000 habitantes	Médio 100.001 a 500.000 habitantes	Grande > 500.001 habitantes
AC	Marechal Thaumaturgo	Sena Madureira	Cruzeiro do Sul	Rio Branco
AL	Água Branca	Delmiro Gouveia	Arapiraca	Maceió
AM	Itapiranga	Carauari	Manacapuru	Manaus
AP	Vitória do Jari	Porto Grande	Santana	Macapá
BA	Santa Brígida	Riacho de Santana	Barreiras	Salvador
CE	Capistrano	Uruburetama	Itapipoca	Fortaleza
ES	Ponto Belo	Jaguaré	Vitória	Serra
GO	Campinaçu	Bom Jesus de Goiás	Trindade	Aparecida de Goiânia
MA	Paraibano	São Bernardo	Timon	São Luís
MG	Ingaí	Três Marias	Divinópolis	Belo Horizonte
MS	Jaraguari	Itaporã	Dourados	Campo Grande
MT	Nova Olímpia	Campo Verde	Sorriso	Cuiabá
PA	Piçarra	Canaã dos Carajás	Itaituba	Ananindeua
PB	Sumé	Cajazeiras	Santa Rita	João Pessoa
PE	Jurema	Tabira	Paulista	Recife
PI	Canto do Buriti	São Raimundo Nonato	Parnaíba	Teresina
PR	Mariópolis	Ibaiti	Pinhais	Curitiba
RJ	Duas Barras	Iguaba Grande	Resende	Nova Iguaçu
RN	Umarizal	Apodi	Parnamirim	Natal
RO	Cabixi	Alta Floresta D'Oeste	Ariquemes	Porto Velho
RR	Amaraji	Pacaraima	Não encontrado	Boa Vista
RS	Marcelino Ramos	Sarandi	Viamão	Porto Alegre
SC	Meleiro	Gaspar	Criciúma	Florianópolis
SE	Santa Luzia do Itanhy	Estância	Itabaiana	Aracaju
SP	Charqueada	Guararema	Pindamonhangaba	Osasco
TO	Pequizeiro	Guaraí	Araguaína	Palmas

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O recorte temporal adotado para a seleção da amostra compreendeu o período de 2017 a 2024, contemplando um horizonte recente e suficiente para a análise das dinâmicas fiscais e institucionais em nível municipal. No que se refere às variáveis utilizadas para a coleta dos dados, foram consideradas: Unidade Federativa (UF), Município (Mun), População (Pop), Período (Ano), Função da Despesa (Desp_Fun), Despesas Empenhadas (Desp_Emp), Despesas Liquidadas (Desp_Liq), Despesas Pagas (Desp_Pg), Restos a Pagar Processados (RPP), Restos a Pagar Não Processados (RPNP), Ano Eleitoral (Eleição) e Reeleição (Reel). Essas variáveis foram selecionadas por sua relevância analítica na investigação do comportamento das despesas públicas e de possíveis efeitos associados ao ciclo político-eleitoral

O método estatístico adotado para analisar os dados coletados por meio das variáveis elencadas foi estrutura em painel, com integração de informações fiscais e político-institucionais dos municípios ao longo do tempo. Considerando essa característica, bem como a presença de heterogeneidade não observada e potenciais problemas de endogeneidade, a

estratégia empírica adotada fundamentou-se na utilização de modelos econométricos robustos, amplamente consolidados na literatura de economia política e finanças públicas (Silva, 2025).

Como especificação inicial (baseline), adotou-se o modelo de regressão com dados em painel com efeitos fixos, o qual permite controlar por características invariantes no tempo específicas de cada unidade observacional, conforme formalizado na equação eq1.

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{Eleição}_{it} + \beta_2 (\text{Eleição}_{it} \times \text{Reeleição}_{it}) + \beta_3 (\text{Eleição}_{it} \times \text{Competição}_{it}) + \beta_4 (\text{Eleição}_{it} \times \text{Transferências}_{it}) + \gamma X_{it} + \alpha_i + \delta_t + \varepsilon_{it} \quad (\text{eq1})$$

em que:

Y_{it} = representa a execução das despesas públicas no município i no período t ;

Eleição_{it} = é uma variável dummy que assume valor 1 em anos eleitorais e 0 caso contrário;

Reeleição_{it} = indica a elegibilidade do prefeito à reeleição;

Competição_{it} = mensura o grau de competitividade eleitoral;

$\text{Transferências}_{it}$ = representa a dependência de transferências intergovernamentais;

X_{it} = corresponde a um vetor de variáveis de controle, como características econômicas, fiscais e demográficas dos municípios.

α_i = controla efeitos fixos municipais; e δ_t efeitos temporais.

A principal vantagem desse modelo reside no controle da heterogeneidade não observada invariável no tempo, permitindo estimativas mais consistentes dos efeitos eleitorais. Essa abordagem permite avaliar como os efeitos eleitorais variam conforme a elegibilidade à reeleição, o grau de competição eleitoral e a dependência de transferências, constituindo uma contribuição relevante ao evidenciar a natureza heterogênea dos ciclos político-orçamentários.

Considerando possíveis problemas de endogeneidade, empregou-se adicionalmente o modelo com variáveis instrumentais em painel (FE-2SLS), estruturado em dois estágios. No primeiro estágio, a variável potencialmente endógena (como transferências intergovernamentais) é explicada por instrumentos exógenos; no segundo estágio, utiliza-se sua previsão para estimar o efeito sobre a variável dependente. Essa estratégia permite identificar relações causais mais robustas, por exemplo, ao utilizar regras de repartição de receitas como instrumentos. Como estratégia complementar de identificação causal, aplicou-se o modelo de diferenças-em-diferenças (DiD), particularmente adequado para analisar o efeito da elegibilidade à reeleição, nos moldes da equação eq2

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{Eleição}_t + \beta_2 \text{Tratamento}_i + \beta_3 (\text{Eleição}_t \times \text{Tratamento}_i) + \varepsilon_{it} \quad \text{eq2}$$

A principal vantagem desse método é isolar o efeito do ciclo eleitoral por meio da comparação entre grupos tratados e de controle ao longo do tempo. Adicionalmente, considerou-se a utilização de modelos dinâmicos de painel, como o estimador System GMM (ver eq3).

$$Y_{it} = \beta Y_{it-1} + \beta_1 \text{Eleição}_{it} + \gamma X_{it} + \varepsilon_{it} \quad \text{eq3}$$

Essa abordagem captura a persistência temporal das despesas públicas e trata simultaneamente problemas de endogeneidade, sendo particularmente adequada para análises fiscais. Por fim, ressalta-se que especificações inadequadas, como modelos OLS simples ou painéis sem efeitos fixos e sem controle temporal, devem ser evitadas, pois podem gerar estimativas viesadas. Assim, a combinação de modelos com efeitos fixos, interações, variáveis instrumentais, diferenças-em-diferenças e modelos dinâmicos constitui uma estratégia metodológica robusta e alinhada às melhores práticas da literatura, permitindo analisar de forma consistente os efeitos dos processos eleitorais sobre a execução das despesas públicas municipais.

O modelo final adotado consiste em uma regressão com dados em painel com efeitos fixos e termos de interação (ver eq1), permitiu estimar não apenas o efeito médio dos ciclos eleitorais sobre a execução das despesas públicas municipais, mas também como esse efeito varia em função da elegibilidade à reeleição, do grau de competição eleitoral e da dependência de transferências intergovernamentais. Essa especificação oferece uma estrutura analítica robusta e alinhada às melhores práticas da literatura, possibilitando uma avaliação abrangente e consistente dos determinantes político-institucionais do comportamento fiscal municipal (Silva, 2025).

Os termos α_i e δ_t representam, respectivamente, os efeitos fixos específicos de cada município e os efeitos fixos de tempo, permitindo controlar tanto a heterogeneidade não observada invariável no tempo quanto choques comuns a todos os municípios em determinados períodos. O termo ε_{it} corresponde ao erro idiossincrático. A inclusão dos termos de interação entre o período eleitoral e as variáveis institucionais permite capturar efeitos condicionais, possibilitando avaliar como os impactos dos ciclos eleitorais sobre a execução das despesas públicas variam conforme a elegibilidade à reeleição, o nível de competição política e a dependência de recursos intergovernamentais. Dessa forma, o modelo não apenas estima o

efeito médio dos ciclos político-orçamentários, mas também incorpora sua natureza heterogênea e dependente do contexto institucional.

O modelo econométrico proposto utilizou como variável dependente uma medida da execução das despesas públicas municipais, sendo explicada por variáveis político-institucionais relacionadas ao ciclo eleitoral, bem como por variáveis de controle de natureza fiscal e socioeconômica. Assim, a variável dependente do modelo é: (i) execução das despesas públicas municipais (Y_{it}) - representa o nível de execução orçamentária do município i no período t . Nesta pesquisa, é operacionalizada por meio dos restos a pagar não processados (RPNP), que refletem compromissos assumidos, mas não liquidados, sendo uma proxy relevante para capturar o comportamento intertemporal da execução das despesas públicas. Alternativamente, pode ser expressa em termos per capita ou em logaritmo, visando reduzir problemas de assimetria e heterocedasticidade.

As variáveis independentes centrais estão associadas aos ciclos eleitorais e seus condicionantes. Essas interações permitiram analisar como o efeito do período eleitoral sobre a execução das despesas públicas varia conforme os incentivos políticos e as condições fiscais dos municípios:

- Ano eleitoral ($Eleição_{it}$): variável dummy que assume valor 1 nos anos de eleição municipal e 0 nos demais períodos. Essa variável capta o efeito médio do ciclo político-orçamentário sobre a execução das despesas públicas.
- Elegibilidade à reeleição ($Reeleição_{it}$): variável dummy que indica se o prefeito do município i no período t é elegível à reeleição. Essa variável captura o incentivo político associado à permanência no poder.
- Competição eleitoral ($Competição_{it}$): variável contínua que mensura o grau de competitividade eleitoral, podendo ser operacionalizada por indicadores como a margem de vitória eleitoral ou o número efetivo de candidatos. Essa variável reflete o nível de pressão competitiva enfrentado pelo gestor.
- Dependência de transferências intergovernamentais ($Transferências_{it}$): variável contínua que representa a proporção das receitas provenientes de transferências (como FPM e ICMS) em relação à receita total do município. Essa variável capta a autonomia fiscal e a margem de manobra orçamentária do gestor.

Com o objetivo de evitar viés por omissão de variáveis relevantes, incluiu-se no modelo um vetor de variáveis de controle, tais como:

- População municipal: proxy do tamanho do município e da complexidade administrativa.
- PIB per capita: indicador do nível de desenvolvimento econômico local.
- Receita própria municipal: medida da capacidade de arrecadação local.
- Despesas correntes e de capital: controle para a estrutura de gastos públicos.
- Indicadores fiscais adicionais: como endividamento ou resultado primário, quando disponíveis.

Já sobre os efeitos fixos:

- Efeitos fixos municipais (α_i): controlam características invariantes no tempo, como cultura política e capacidade institucional.
- Efeitos fixos temporais (δ_t): capturam choques comuns a todos os municípios, como mudanças macroeconômicas ou institucionais.

Por fim, β_1 diz respeito ao efeito médio do ciclo eleitoral (**H1**), β_2 ao efeito adicional quando há reeleição (**H2**), β_3 a moderação pela competição eleitoral (**H3**) e β_4 amplificação via transferências (**H4**)

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise descritiva dos dados (ver Tabela 4) evidencia elevada heterogeneidade entre os municípios brasileiros, tanto em termos demográficos quanto fiscais. No que se refere à variável população, observa-se uma média de aproximadamente 445 mil habitantes, acompanhada de um desvio padrão superior a 650 mil, o que indica significativa dispersão dos dados. A expressiva diferença entre a média (444.893) e a mediana (138.978) revela uma distribuição assimétrica à direita, caracterizada pela presença de municípios de grande porte que elevam a média da amostra. Esse padrão é consistente com a estrutura federativa brasileira, marcada pela coexistência de um grande número de municípios de pequeno porte e poucos centros urbanos altamente populosos.

Tabela 4: Análise descritiva

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
População	44.910	444.893	653.316	2.632	138.978	2.578.483
RPNP	26.148	4.648.776	29.334.190	-227.951.200	188.048	1.386.136.000
RPP	27.591	2.411.364	14.418.510	-23.417.650	106.694	890.791.900

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No âmbito fiscal, os restos a pagar não processados (RPNP) e processados (RPP) apresentam níveis ainda mais acentuados de dispersão. O desvio padrão do RPNP (29,3 milhões) é substancialmente superior à sua média (4,6 milhões), comportamento igualmente observado para o RPP, cujo desvio padrão (14,4 milhões) também excede amplamente a média (2,4 milhões). Ademais, a significativa discrepância entre média e mediana, especialmente no caso do RPNP, cuja mediana é de apenas 188 mil, evidencia forte assimetria positiva e concentração dos valores em poucos municípios com elevados níveis de restos a pagar. Esse padrão é reforçado pela presença de valores máximos extremamente elevados, superiores a 1,3 bilhão, indicando a existência de outliers relevantes na base de dados.

Outro aspecto importante refere-se à presença de valores negativos nas variáveis RPNP e RPP. Embora esses valores possam decorrer de ajustes contábeis, cancelamentos de empenhos ou revisões orçamentárias, sua ocorrência sugere possíveis particularidades na contabilização dos restos a pagar, o que pode influenciar a interpretação econômica dessas variáveis. Nesse sentido, recomenda-se cautela analítica, bem como a adoção de procedimentos adicionais de tratamento dos dados, como winsorização ou transformação logarítmica, a fim de mitigar a influência de valores extremos.

Adicionalmente, observa-se variação no número de observações entre as variáveis, sendo inferior para RPNP e RPP em comparação à população. Esse fato indica a presença de dados ausentes (*missing values*), o que pode introduzir viés de seleção caso não seja devidamente tratado na etapa econométrica.

Em síntese, os resultados da análise descritiva revelam um conjunto de dados caracterizado por elevada heterogeneidade, forte assimetria e presença de valores extremos, características típicas de bases fiscais municipais. Tais evidências reforçam a necessidade da adoção de estratégias econométricas robustas, como modelos em painel com efeitos fixos e transformações adequadas das variáveis, visando garantir maior confiabilidade e consistência na estimação dos efeitos dos ciclos político-orçamentários.

A Tabela 5 apresenta os resultados da estimação do modelo econométrico inicial por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (OLS), empregado como etapa exploratória para investigar os determinantes da execução das despesas públicas municipais, operacionalizada pelos restos a pagar não processados (RPNP). De maneira geral, os resultados indicam que as variáveis explicativas consideradas exercem influência estatisticamente significativa sobre a variável dependente, ainda que a especificação adotada apresente limitações inerentes à ausência de controles estruturais mais abrangentes.

Tabela 5: Resultados Econométricos
(Modelo inicial estimado – OLS como aproximação)
Variável dependente: RPNP

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t-valor	p-valor
Constante	-418.500	239.000	-1.75	0.080
População	4.361	0.257	16.96	0.000***
RPP	1.163	0.011	103.55	0.000***

Nota: $R^2 = 0.372$. $N = 19.942$ observações. Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A variável população exibe coeficiente positivo e estatisticamente significativo ao nível de 1% ($\beta = 4,361$; $p < 0,01$), evidenciando que municípios com maior contingente populacional tendem a apresentar volumes mais elevados de restos a pagar não processados. Tal resultado pode ser interpretado à luz da maior complexidade administrativa, orçamentária e operacional associada a municípios de maior porte, nos quais a execução das despesas públicas tende a envolver maior número de programas, contratos e obrigações, elevando a probabilidade de postergação na liquidação das despesas.

De forma consistente, a variável restos a pagar processados (RPP) também apresenta coeficiente positivo e altamente significativo ($\beta = 1,163$; $p < 0,01$), indicando a existência de uma relação direta e robusta entre os diferentes componentes do passivo orçamentário. Esse achado sugere a presença de um padrão de persistência fiscal, no qual municípios com maior volume de despesas liquidadas e não pagas tendem igualmente a acumular maiores valores de despesas empenhadas ainda não liquidadas, refletindo uma dinâmica intertemporal de acúmulo de obrigações financeiras.

Por outro lado, o termo constante não se mostrou estatisticamente significativo aos níveis convencionais ($p = 0,080$), o que indica que, na ausência das variáveis explicativas incluídas no modelo, não há evidência estatística de um nível base distinto de zero para a variável dependente. Embora esse resultado não comprometa a interpretação dos coeficientes principais, ele reforça a natureza dependente da variável em relação aos fatores explicativos considerados.

O modelo apresenta coeficiente de determinação (R^2) de 0,372, indicando que aproximadamente 37,2% da variação observada nos restos a pagar não processados é explicada pelas variáveis incluídas na regressão. Esse nível de explicação pode ser considerado moderado, sugerindo que uma parcela relevante da variação da variável dependente permanece não capturada pela especificação, possivelmente em decorrência da omissão de fatores político-institucionais e fiscais mais complexos, como aqueles associados aos ciclos eleitorais e às condições de governança local.



Não obstante sua utilidade como exercício preliminar, a utilização do estimador OLS apresenta limitações importantes no contexto desta pesquisa. Em particular, a ausência de controle para heterogeneidade não observada entre municípios pode gerar viés de variável omitida, uma vez que características estruturais, como capacidade administrativa, qualidade institucional e histórico fiscal, não são explicitamente incorporadas ao modelo. Ademais, a possibilidade de endogeneidade entre as variáveis explicativas e o comportamento fiscal não pode ser descartada, o que compromete a interpretação causal dos coeficientes estimados.

Dessa forma, os resultados devem ser interpretados com cautela, sendo recomendada a adoção de estratégias econométricas mais robustas, como modelos de dados em painel com efeitos fixos e termos de interação, capazes de capturar a heterogeneidade não observada e os efeitos condicionais associados aos incentivos político-institucionais. Tais abordagens são particularmente relevantes para a análise de ciclos político-orçamentários, nos quais o comportamento fiscal dos gestores públicos é influenciado por fatores eleitorais, institucionais e contextuais.

Em síntese, os resultados iniciais indicam que fatores estruturais, como o tamanho populacional e a dinâmica dos restos a pagar, desempenham papel relevante na determinação da execução das despesas públicas municipais. Contudo, a evidência também aponta para a necessidade de incorporar variáveis político-institucionais e metodologias econométricas mais sofisticadas, a fim de capturar de forma mais precisa e abrangente os determinantes do comportamento fiscal no contexto dos ciclos político-orçamentários.

Na Tabela 6, estão os resultados da estimação do modelo econométrico em painel, especificado com efeitos fixos de tempo e termos de interação, com o propósito de captar a natureza condicional dos ciclos político-orçamentários nos municípios brasileiros. De modo geral, os resultados apontam para a existência de efeitos eleitorais heterogêneos sobre a execução das despesas públicas, ainda que acompanhados de limitações relevantes quanto à significância estatística de determinadas variáveis e ao poder explicativo do modelo.

O coeficiente associado à variável Eleição apresenta sinal negativo e significância estatística ao nível de 5% ($\beta = -2.184.000$; $p = 0,013$), indicando que, em termos médios, os restos a pagar não processados (RPNP) tendem a se reduzir em anos eleitorais. Tal evidência contraria a predição tradicional da literatura de ciclos político-orçamentários, que sugere expansão dos gastos em períodos eleitorais. Esse resultado pode ser interpretado como indicativo de estratégias alternativas de sinalização política, nas quais os gestores priorizam demonstrar disciplina fiscal ou recorrem a mecanismos de reclassificação contábil, com o

objetivo de transmitir ao eleitorado uma imagem de responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Tabela 6: Resultados do Modelo Econométrico
(Painel com efeitos fixos de tempo + interações)
Variável dependente: RPNP

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	p-valor
Eleição	-2.184.000	880.000	0.013**
Eleição × Reeleição	5.643.000	1.270.000	0.000***
Eleição × Competição	-1.98e+10	1.46e+10	0.177
Eleição × Transferências	-27.65	75.38	0.714
Efeitos fixos de tempo	Sim	-	-

Nota: N = 19.942 R² = 0.002. Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Todavia, a incorporação da dimensão institucional, por meio da interação entre Eleição e Reeleição, revela um padrão substancialmente distinto. O coeficiente estimado para essa interação é positivo, de elevada magnitude e altamente significativo ($\beta = 5.643.000$; $p < 0,01$), evidenciando que prefeitos elegíveis à reeleição tendem a expandir significativamente os restos a pagar em períodos eleitorais. Esse resultado corrobora de forma consistente a literatura teórica e empírica sobre ciclos político-orçamentários, ao demonstrar que os incentivos ao comportamento oportunista são intensificados quando há possibilidade de permanência no poder. Assim, os achados reforçam que os efeitos eleitorais não são uniformes, mas condicionados pela estrutura de incentivos enfrentada pelos gestores públicos.

Em contraste, as interações envolvendo competição eleitoral e dependência de transferências intergovernamentais não apresentaram significância estatística. No caso da competição eleitoral ($\beta = -1,98e+10$; $p = 0,177$), embora o coeficiente estimado seja expressivo, sua elevada variância compromete a precisão inferencial, sugerindo possíveis problemas de mensuração ou instabilidade na variável utilizada. De forma análoga, a variável de transferências ($\beta = -27,65$; $p = 0,714$) não evidencia efeito estatisticamente relevante sobre o comportamento fiscal analisado, o que pode refletir limitações na proxy adotada ou a necessidade de especificações econométricas mais refinadas para capturar adequadamente esse mecanismo.

Um aspecto crítico do modelo refere-se ao seu reduzido poder explicativo, conforme evidenciado pelo coeficiente de determinação ($R^2 = 0,002$). Esse resultado indica que a especificação adotada é capaz de explicar apenas uma fração mínima da variação observada na variável dependente, sugerindo a omissão de fatores relevantes, especialmente de natureza fiscal, institucional e administrativa. Considerando a complexidade da execução orçamentária

municipal, tal limitação não é inesperada, mas reforça a necessidade de modelos mais abrangentes.

Adicionalmente, a inclusão exclusiva de efeitos fixos de tempo, sem o controle para efeitos fixos específicos dos municípios, constitui uma limitação relevante da especificação. A ausência desse controle impede a adequada consideração da heterogeneidade não observada entre unidades, como diferenças na capacidade administrativa, qualidade institucional e histórico fiscal, o que pode gerar viés de variável omitida e comprometer a robustez das estimativas.

Não obstante essas limitações, os resultados oferecem evidências relevantes acerca da natureza condicional dos ciclos político-orçamentários. Em particular, destacam o papel central da elegibilidade à reeleição como determinante do comportamento fiscal oportunista, em consonância com os modelos teóricos de Nordhaus (1975) e Rogoff (1987), bem como com evidências empíricas aplicadas ao contexto brasileiro. Nesse sentido, os achados indicam que o calendário eleitoral, por si só, não é suficiente para explicar o comportamento fiscal dos gestores, sendo fundamental considerar os incentivos institucionais associados à permanência no poder.

Do ponto de vista teórico, espera-se que maior competitividade intensifique os incentivos ao uso estratégico do orçamento, assim como maior dependência de transferências amplie a margem de manobra fiscal. A não confirmação empírica desses efeitos pode decorrer tanto de limitações na mensuração dessas variáveis quanto de especificidades do conjunto de dados analisado.

Em síntese, os resultados evidenciam que os ciclos político-orçamentários nos municípios brasileiros apresentam caráter essencialmente condicional, sendo fortemente influenciados pelos incentivos associados à reeleição. Contudo, o baixo poder explicativo do modelo e a ausência de significância de variáveis teoricamente relevantes indicam a necessidade de aprimoramentos metodológicos, incluindo a incorporação de efeitos fixos municipais, variáveis de controle adicionais e proxies mais precisas para os fatores institucionais. Tais avanços são fundamentais para aprofundar a compreensão dos mecanismos que regem a execução das despesas públicas no contexto dos ciclos eleitorais e para fortalecer a robustez empírica da análise.

4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados empíricos apresentados no modelo em painel com efeitos fixos de tempo e interações (ver Tabela 6) revelam um padrão que, à primeira vista, desafia a previsão clássica da teoria dos ciclos político-orçamentários. O coeficiente negativo da variável Eleição indica redução dos restos a pagar não processados (RPNP) em anos eleitorais, sugerindo comportamento fiscal mais restritivo. Esse achado contrasta diretamente com a formulação seminal de Nordhaus (1975) e com o modelo de assimetria informacional de Rogoff e Sibert (1988), segundo os quais governantes tenderiam a expandir gastos em períodos eleitorais para sinalizar competência.

Entretanto, ao dialogar com a literatura mais recente, esse resultado pode ser reinterpretado. Estudos como Santos (2024) e Silva (2025) indicam que, no contexto brasileiro, a manipulação fiscal pode ocorrer não necessariamente via expansão direta de gastos, mas por meio de estratégias de sinalização fiscal, como melhoria do resultado orçamentário ou redução de passivos aparentes. Nesse sentido, a redução dos RPNP pode refletir uma estratégia de “higienização contábil”, na qual gestores buscam apresentar maior capacidade de execução orçamentária e responsabilidade fiscal ao eleitorado, ao invés de simplesmente expandir despesas.

Todavia, ao incorporar a interação Eleição \times Reeleição, observa-se um resultado robusto, positivo e altamente significativo, indicando que prefeitos elegíveis à reeleição ampliam significativamente os RPNP em anos eleitorais. Esse resultado converge fortemente com a teoria dos incentivos políticos (Nordhaus, 1975; Rogoff, 1987), bem como com evidências empíricas nacionais, como Klein e Sakurai (2010) e Araújo (2023), que demonstram maior propensão ao comportamento oportunista quando há possibilidade de permanência no poder.

Esse padrão evidencia que os ciclos político-orçamentários possuem natureza condicional, sendo ativados sobretudo quando há incentivos eleitorais diretos. Assim, os resultados “conversam” diretamente com Rogoff (1987), ao reforçar que a manipulação fiscal desaparece ou se reduz quando não há incentivos de reeleição, mas emerge de forma significativa quando tais incentivos estão presentes.

No que se refere às variáveis de moderação, os resultados não significativos para competição eleitoral e transferências intergovernamentais divergem parcialmente da literatura. Trabalhos como Chamon, Mello e Firpo (2010) e Bugarin e Ferreira (2021) sugerem que maior

competição e maior dependência de transferências ampliam os incentivos ao uso estratégico do orçamento. A ausência de significância neste estudo pode ser atribuída a limitações de mensuração, elevada variância das variáveis ou à própria especificação econométrica, especialmente à ausência de efeitos fixos municipais, como corretamente destacado pelos autores.

Adicionalmente, o baixo R^2 do modelo (0,002) reforça que a execução das despesas públicas é um fenômeno altamente complexo, influenciado por múltiplos fatores institucionais, administrativos e fiscais não capturados na especificação. Esse achado é coerente com Trevizan (2025) e Gralak (2023), que enfatizam a heterogeneidade dos ciclos fiscais no Brasil e a dependência de contextos locais.

Em síntese, os resultados empíricos confirmam parcialmente a literatura: não há evidência de um ciclo eleitoral médio uniforme, mas há forte evidência de ciclos condicionados à reeleição, o que representa uma contribuição relevante ao refinar a compreensão dos mecanismos dos ciclos político-orçamentários no nível municipal.

5 CONCLUSÕES

Os achados desta pesquisa indicam que os efeitos eleitorais sobre a execução das despesas públicas municipais no Brasil não são homogêneos, mas condicionados por fatores institucionais, especialmente a elegibilidade à reeleição. Enquanto o efeito médio dos anos eleitorais aponta para uma redução dos restos a pagar não processados, sugerindo estratégias de sinalização de responsabilidade fiscal, a presença de incentivos de reeleição altera substancialmente esse comportamento, resultando em expansão significativa desses passivos.

Esses resultados corroboram a literatura teórica dos ciclos político-orçamentários ao demonstrar que o comportamento oportunista dos gestores públicos depende da estrutura de incentivos políticos. Ademais, a ausência de evidência para o papel da competição eleitoral e das transferências intergovernamentais sugere a necessidade de refinamento metodológico e de melhor operacionalização dessas variáveis.

Do ponto de vista empírico, o estudo contribui ao evidenciar que a execução das despesas públicas, e não apenas o volume de gastos, constitui um canal relevante de manifestação dos ciclos eleitorais. Do ponto de vista normativo, os resultados indicam que mecanismos de controle e transparência devem considerar não apenas o nível de despesas, mas também sua execução intertemporal. Por fim, conclui-se que os ciclos político-orçamentários

nos municípios brasileiros são essencialmente condicionais e estratégicos, reforçando a importância de instituições que mitiguem comportamentos oportunistas e promovam maior eficiência na gestão fiscal.

O estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em termos econométricos, destaca-se o baixo poder explicativo do modelo estimado (R^2 reduzido), indicando que parcela significativa da variação na execução das despesas públicas não foi capturada pelas variáveis incluídas, o que sugere possível omissão de fatores institucionais, administrativos e fiscais relevantes. Como também, a ausência de efeitos fixos municipais na especificação principal limita o controle da heterogeneidade não observada entre os municípios, podendo gerar viés de variável omitida.

Diante dessas limitações, pesquisas futuras podem avançar em diferentes direções. Recomenda-se a incorporação de modelos mais robustos, como efeitos fixos bidimensionais (município e tempo), modelos dinâmicos (System GMM) e estratégias de identificação causal mais refinadas, visando mitigar problemas de endogeneidade. Além disso, sugere-se o aprimoramento das proxies utilizadas, especialmente para competição eleitoral e dependência de transferências, bem como a inclusão de variáveis institucionais, como qualidade da gestão, capacidade administrativa e indicadores de governança. Estudos futuros também podem explorar desagregações da execução orçamentária por função ou natureza da despesa, permitindo identificar quais categorias são mais sensíveis aos ciclos eleitorais.

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. J. R. de. (2023). Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. *Revista de Administração Pública*, 57(4), 843–866. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220348>
- Arvate, P. R., Mattos, E., & Rocha, F. (2015). Intergovernmental transfers and public spending in Brazilian municipalities. *Working Paper*. <https://ideas.repec.org/p/spa/wpaper/2015wpecon3.html>
- Bugarin, M. S., & Ferreira, I. (2021). Partisan intergovernmental transfers: empirical evidence, political and economic effects, and the electoral rationale. *Revista do Serviço Público*, 72(Special), 41-66. <https://doi.org/10.21874/rsp.v72.ia.5722>
- Cavalcante, P. L. C. (2017). *Eleições e desempenho do governo local no Brasil. Organizações & Sociedade*, 24(83). <https://doi.org/10.1590/1984-9240832>
- Chamon, M., Mello, J. M. P., & Firpo, S. P. (2010). *Electoral rules, political competition and fiscal spending: regression discontinuity evidence from Brazilian municipalities* (TD 208). FGV EESP. <https://hdl.handle.net/10438/6680>

Ferreira, D. C., & Bugarin, M. S. (2024). *Re-election, fiscal rules and federalism: evolution of electoral incentives in Brazil*. Cadernos de Finanças Públicas, Edição Especial, 1-37.

Ffirst, C. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e155395.
<https://www.redalyc.org/journal/5707/570761046005/>

Gralak, A. J. (2023). Investimentos públicos e o ciclo político-orçamentário nos grandes municípios brasileiros. *Revista Econômica do Nordeste*, 54(3), 115–134.
<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1279>

Guerra, D. (2018). Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995–2013. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 61(2), 413–446.
<https://doi.org/10.1590/001152582018161>

Klein, F., & Sakurai, S. N. (2010). *Incentivos da reeleição e ciclo político-orçamentário: evidência do Brasil*. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 285–310. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200006>

Nordhaus, W. D. (1975). *The political business cycle*. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169–190.

Pereira, C., & Melo, M. A. (2015). *Revisiting the theory of coalition government formation in a multiparty presidential regime: Brazil 1988–2010*. *Brazilian Political Science Review*, 9(1), 1–34.

Queiroz, D. B. de, Moraes, L. M. F. de, Souza, A. G. S. de, & Silva, V. K. da. (2019). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: Evidências dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2). Doi: Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3515/351558326008/351558326008.pdf>. Acesso em: nov/2025.

Rogoff, K. (1987). Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, 80(1), 21–36. <https://www.nber.org/papers/w2428>

Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). *Elections and macroeconomic policy cycles*. *Review of Economic Studies*, 55(1), 1–16.

Santos, C. I. B. N. (2024). A influência dos ciclos eleitorais sobre o desempenho orçamentário dos municípios brasileiros (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/handle/123456789/32042>

Silva, M. A. (2025). Ciclos político-orçamentários nos municípios brasileiros: Uma análise em dados em painel para 2011–2021. *Anais do ENABER*. <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/41389/Artigo-Enaber-2025.pdf>

Trevizan, L. E. (2025). Os efeitos dos ciclos político-orçamentários na decisão de gastos em municípios brasileiros (Tese de doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/13683>

Wyse, M. N. O. (2022). Influência dos ciclos políticos nos gastos públicos e seu efeito sobre a dívida pública. *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, 14(2), 1–20.



<https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/38335>